

Esgoto industrial ilegal enche 2 Ibirapueras por dia em São Paulo



Por Vanessa Barbosa

O setor industrial é um dos maiores consumidores de água potável do planeta, respondendo por 20% da demanda total. A mesma proporção se aplica ao Brasil e ao seu maior polo de riqueza nacional, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). No entanto, nem toda a água que sai das indústrias em forma de esgoto retorna limpa para o meio ambiente, como deveria acontecer.

Pelo contrário. A cada hora, as indústrias paulistas descartam cerca de dez milhões de efluentes cheios de resíduos tóxicos e sem tratamento algum nos rios e lagos dos municípios de São Paulo.

Por dia, o descarte ilegal de esgoto industrial daria para encher dois lagos do Parque Ibirapuera. Os dados são de um estudo, divulgado nesta quinta-feira (27), feito pela Grupo de Economia da Infraestrutura e Soluções Ambientais, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Em tempos de “águas magras” nos reservatórios que abastecem a região, os números alarmantes de despejo ilegal de efluentes ganham contornos ainda mais preocupantes. Embora o volume do descarte industrial seja inferior ao total de esgotos residenciais que deixa de ser coletado e tratado pelas redes públicas, seu efeito nocivo ao meio ambiente pode ser equivalente ou até pior. Estima-se que cada litro de esgoto industrial seja, em média, 6,6 vezes mais poluidor do que os esgotos residenciais.

“É paradoxal que na Região Metropolitana de São Paulo, onde o ‘stress’ hídrico é comparável à de algumas regiões do sertão nordestino, continuemos a poluir nossos mananciais com efluentes tão perigosos”, afirma Gesner Oliveira, coordenador da pesquisa e ex-presidente da Sabesp. “Esse descarte obriga as concessionárias de saneamento a captarem água a mais de 80km da capital a custos elevadíssimos. Equacionar essa questão certamente poderia reduzir o risco de desabastecimento de água na região”, acrescenta.

Segundo dados da Cetesb, 42% das águas monitoradas em 2012 foram classificadas como péssimas, ruins ou regulares. Três pontos de captação, em particular, apresentaram situação crítica: Braço de Taquacetuba, Rio Cotia e Rio Tietê. A população também sofre os efeitos. Os resíduos industriais podem causar contaminação por metais pesados, provocando desde efeitos leves como irritações na pele e dores de cabeça até reduções das funções neurológicas e hepáticas, rinites alérgicas e dermatoses.

DE ONDE VEM E PARA ONDE VAI

O estudo da FGV levou em conta os dados de descarte de 58.373 indústrias classificadas como de transformação. A água consumida por essas instalações tem duas origens: ou é captada diretamente no manancial, com permissão dos órgãos competentes, ou vem de redes públicas de abastecimento. Cerca de 9 litros a cada 10 litros consumidos pela indústria tem

origem em poços artesianos.

Parte dos efluentes industriais que é gerada é tratada localmente pelas próprias indústrias. Para isso, além de todo o equipamento adequado, é necessária uma outorga junto ao Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) para que o efluente tratado seja descartado de forma adequada na natureza.

Outra parte dos efluentes industriais é transportada das indústrias por meio de caminhões para descarte direto em estações de tratamento de efluentes especialmente projetadas para esse recebimento. Para isso, a Cetesb deve emitir o Cadri, a Certificado de Aprovação para Destinação de Resíduos Industriais.

Cerca de 90% do consumo de água vem dos poços artesianos, ou seja da captação direta da indústria, e cerca de 90% dos efluentes estão sob responsabilidade de tratamento pela própria indústria.

COMO MUDAR ESSE QUADRO

Segundo o estudo, a dificuldade no monitoramento do descarte de efluentes passa também pela dificuldade em se medir a água consumida a partir de poços artesianos.

Conforme a pesquisa, o consumo industrial total na RMSP foi estimado em 10,76 m³/s (metro cúbico por segundo), correspondente a 0,85 m³/s a partir de redes públicas de abastecimento e 9,91 m³/s de captação direta de mananciais.

Por isso, uma das propostas dos pesquisadores da FGV é de que se faça “a hidrometração de todos os poços da RMSP e sistema de monitoramento à distância, permitindo controlar o consumo de água a partir de poços artesianos e estimar e fiscalizar o descarte”.

Outra proposta é inserir nos critérios de financiamento de

bancos públicos e privados declaração sobre aderência da empresa e fornecedores quanto ao descarte de seus efluentes. Além da exigência, seria fundamental a fiscalização constante do descarte de efluentes por parte dos órgãos financiadores.

O estudo defende ainda a criação de um selo de lançamento sustentável, à exemplo do selo azul e verde, criado pelo governo paulista, que certifica os municípios a partir da adoção de práticas sustentáveis.

Essa certificação serve para orientar a política de concessão de financiamentos a municípios. A ideia é que um selo voltado para o lançamento de efluentes incentive os municípios e Estados a combater o descarte ilegal de esgoto e terem seus esforços reconhecidos.

Fonte: [Planeta Sustentável](#)

Secretaria Estadual de Comunicação

Partido Verde – São Paulo